

ENTREVISTA



Ética e os rumos da democracia no Brasil

Entrevista com o filósofo Renato Janine Ribeiro*

Realizada por Tiago Casado **

A situação do país na última década, comparada à situação atual no país, nos mostra uma distância nas realidades, sobretudo quando analisamos desenvolvimento econômico e social, empregabilidade, crescimento no número de pessoas ingressantes no ensino superior. A ideia que se tem é que o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi um marco para a queda dos indicadores de desenvolvimento do país. Cortes de verba na educação e na saúde, aumento de impostos, aumento do déficit do orçamento e cortes nos programas sociais foram as medidas imediatas adotadas pelo governo sucessor, que assumiu sem o voto da população. Para ilustrar esse cenário, o professor Renato Janine Ribeiro traz o pensamento de Dostoiévski, que diz: “Se Deus não existe, tudo é possível”. Para Janine, estamos vivendo um momento extremamente difícil. O impedimento da ex-presidente Dilma nos fez perder credibilidade internacional, entre tantas outras coisas importantes, principalmente para a classe trabalhadora. Janine também nos fala da crise democrática que o país enfrenta e que mostrou a fragilidade da expressão “inclusão digital” como um retrocesso político e de valores. Em se tratando de valores, Janine comenta o fenômeno da pós-verdade em que se despreza a veracidade dos fatos e se valorizam crenças. O ambiente das redes sociais é campo fértil para proliferação desses fatos. As pessoas leem menos, pensam menos e colocam sua opinião sobre algo que conhecem pouco.

O diálogo com Janine percorreu também o tema da reforma na estrutura curricular do Ensino Médio, cuja proposta inicial, quando ele atuou na educação do governo Dilma, era realmente melhorar o aprendizado e equilibrar a disputa para entrar em universidades públicas. Mas com o governo Temer, a proposta ficou enfraquecida e confusa, com a retirada de conteúdos como Filosofia e Sociologia.

Desse modo, voltamos a refletir sobre a fragilidade democrática e a crise de valores que nosso Brasil vem enfrentando.

* Renato Janine Ribeiro é doutor em Filosofia pela USP, onde é professor titular de Ética e Filosofia Política desde 1994. Possui pós-doutorado pela *British Library* (Grã-Bretanha) e Livre-docência pela USP. Ocupou o cargo de diretor de Avaliação da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) entre 2004 e 2008 e foi membro do Conselho deliberativo do CNPq de 1993 a 1997. Foi Ministro de Estado da Educação do Brasil no segundo governo de Dilma Rousseff.

** Tiago Casado é doutorando em Educação pela PUC-SP e mestre em Filosofia pela UNESP. Professor e Coordenador do curso de Filosofia da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação - FAPCOM.

Tiago Casado – Na última década presenciemos desenvolvimento econômico e social recorde, com aumento real da renda, geração de empregos formais, ampliação do acesso ao Ensino Superior e, principalmente, inclusão social. Atualmente vivenciamos uma situação de instabilidade econômica e de insegurança sobre o futuro do país, decorrente, sobretudo, da crise política. O senhor acredita que as coisas tenham piorado desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff?

Renato Janine Ribeiro – Tudo piorou. Os indicadores econômicos de quando ela saiu apontavam um déficit de 80 bilhões no orçamento da União de 2016. O governo que a substituiu prontamente passou para 170 bilhões sem explicar direito o porquê. A partir daí, houve um corte substancial de uma série de programas. Dilma estava cortando, mas numa proporção menor e com dor na alma. Já eles cortam sem preocupação ética ou com as pessoas que sofrem com isso. Houve também, o que é normal quando se substitui um governo de esquerda por um de direita, uma vantagem maior para as pessoas com mais dinheiro e uma desvantagem para as pessoas com menos dinheiro. As políticas sociais foram sendo reduzidas e o maior emblema disso é a decisão anunciada pela Caixa Econômica de que iria financiar a compra de imóveis de 3 milhões de reais, o que não atende a nenhum sentido social, sendo que a Caixa e o Banco do Brasil são bancos públicos, que devem ter metas sociais. Essa diretriz da Caixa põe em xeque a confiança num governo mais cuidadoso com as contas públicas.

Mas essas opções seriam legítimas se o novo governo tivesse sido eleito pelo

voto popular. Houve uma alternância no Brasil, uma inversão total de quem está no poder, mas sem o aval das urnas. Da última vez que os eleitores se pronunciaram, em 2014, nas eleições presidenciais, eles aprovaram um projeto político que é exatamente o contrário do que está sendo executado. A consequência ética é muito grave: torna difícil confiar numa série de coisas, a começar pelas regras do jogo. As regras do jogo democrático são: quem ganha, leva. A presidente ganhou com 3% de contagem as eleições. Esse percentual foi o mesmo de Macri, na Argentina, num mandato que não foi contestado como foi o dela. Quando alguém se arroga o direito de destituir um presidente no curso do mandato, sem grandes razões para isso, introduz um elemento que desde o início me faz pensar em Dostoiévski: “Se Deus não existe, tudo é possível”. Deus, no caso, é um conjunto de valores que compartilhamos, em função dos “ora perdemos, ora ganhamos”, mas que respeitamos.

Quando isso desaparece, não há mais razão para as pessoas crerem nos compromissos que elas assumem. Isso aumenta o temor de imoralidade na sociedade brasileira. Porque se se pode mudar o projeto nacional assim, sem respeitar a regra do jogo eleitoral, então o que impede uma pessoa de dar um calote em outra, o que impede uma pessoa de mentir e de fraudar? O que impede, eventualmente, o resultado de uma próxima eleição ser desconhecido, ser desconsiderado? Estamos vivendo um momento extremamente difícil. Ele tem um certo paralelo com o que aconteceu no Paraguai e em Honduras, quando os presidentes destes países foram destituídos de forma abrupta. Aqui no Brasil

Da última vez que os eleitores se pronunciaram, em 2014, nas eleições presidenciais, eles aprovaram um projeto político que é exatamente o contrário do que está sendo executado.

houve uma tramitação mais longa, essa é a grande diferença. Mas os dois outros foram destituídos praticamente do dia para a noite. No caso de Honduras, a polícia entrou no palácio para tirar o presidente com uma ordem do Supremo Tribunal: ele nem sabia o que tinha acontecido. Mas o que aconteceu? Internacionalmente, esses países entraram num limbo enquanto seus parceiros internacionais esperavam novas eleições. O Paraguai até foi suspenso do Mercosul. E se esperaram novas eleições e se elegeram presidentes da direita nos dois casos, porque a esquerda foi derrotada pela forma como se deu a destituição nos dois países, bem como pelo governo errático dos presidentes destituídos.

O Brasil ficou fragilizado internacionalmente com essa destituição. A reputação internacional conseguida pelo governo Lula, e mantida mais ou menos por Dilma, apesar de ela não se empenhar numa diplomacia externa ativa, se perdeu. Conversando com lideranças de países importantes, que negociam com o Brasil, notei que o discurso era praticamente o mesmo: esperar a próxima eleição. Tratar com o governo atual apenas os assuntos de rotina, sem lhe dar endosso maior. Temos hoje um governo legal, porém com escassa legitimidade. Teria sido diferente se a direita tivesse chegado ao poder pelo voto popular.

Tiago Casado – Fala-se em crise democrática e institucional. E agora o senhor se refere a uma crise de valores. Isso significa que há problemas mais profundos que precisamos enfrentar? Há fragilidade na atual democracia e nas instituições democráticas?

Renato Janine Ribeiro – Devo dizer que para mim isso foi uma tremenda surpresa. Achei que estava consolidado no Brasil o tema da inclusão social. Mesmo ela não se tendo completado, o fato de os governos Lula e Dilma terem reduzido o percentual de miseráveis entre as crianças de 0 a 12 anos, de superior a 10% para 1 ou 1,5%, apontava um caminho sem volta. Afirmei várias vezes: quem concorre a um cargo no poder Executivo sem propor uma política de inclusão social, de 2002 para cá, está fadado a ser derrotado. Tanto que várias políticas antissociais só puderam ser instaladas pela ruptura da ordem eleitoral. Para mim foi uma surpresa esse retrocesso, que ocorreu em dois planos. Há o retrocesso propriamente político, que pôs valores democráticos em xeque, e há um retrocesso no plano dos costumes: a aceitação do homossexual, do negro, da mulher com seus direitos próprios. A ponto de assistirmos, o que seria cômico se não fosse trágico, a uma associação de judeus – vítimas históricas da opressão e do ódio – convidar o maior

representante do ódio no Brasil para falar. Como se esquecessem o que sofreram!

O que espanta também é isso estar acontecendo no mundo. A reversão total de política na Argentina é fruto de uma eleição, mas viola a palavra dada pelo presidente Macri, que prometeu seguidas vezes coisas que não está fazendo, tanto no sentido de ter decaído a renda *per capita*, quanto no de privilegiar os negócios privados dele com dinheiro público. As vitórias de Trump nos EUA e do *Brexit* na Grã-Bretanha, somadas ao aumento significativo de votos de Marine Le Pen na França... parece que chegamos a um momento de crise muito radical da democracia. Primeiro, porque o “*demos*”, o povo, se compõe essencialmente das pessoas mais pobres. Não há política democrática que não os leve em conta, para tentar melhorar sua vida. Segundo, o ódio ao diferente. Ele está avançando. Estamos vivendo um momento de crise dos valores democráticos, depois de grandes avanços nas últimas décadas.

Tiago Casado – Recentemente o senhor publicou um artigo na *Folha de S.Paulo*¹ que traz um balanço crítico de 2016 e no qual afirma que há uma crise interna nos partidos. Há muito tempo o poder no país se concentra em dois grandes partidos, com o apoio de outros tantos para garantir a governabilidade. Esses partidos ainda possuem a capacidade de construir um projeto político consistente para o país?

Renato Janine Ribeiro – É verdade que temos muitos partidos, mais de trinta, mas

os que contam são seis ou sete. Eles são os *players* para formar a maioria parlamentar. São menos do que se diz. Mas é preocupante que vários desses partidos – tirando dois partidos que estão na faixa dos 60 deputados, temos outros sete com mais de 30 – são partidos, não são propostas individuais. Mas não vejo como simplesmente incorporá-los, extingui-los, fechá-los ou reduzir o Brasil a dois partidos.

Os partidos que trazem políticas reais para o Brasil são os mesmos desde 1994: o PT e o PSDB. Os dois se alternaram no poder, sendo que o PSDB ascendeu agora de uma forma que não passa pela democracia. Mas são os dois partidos principais, que no começo tinham valores mais próximos, a grande diferença sendo a opção do PSDB pela aliança com a direita, ou melhor, uma convicção de que o caminho passa pelo capitalismo mais globalizado, com menos presença do Estado brasileiro. O PSDB em 1994 e durante os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, embora tenha conduzido uma política que pode ser chamada de neoliberal, foi o partido que conseguiu fazer que seu aliado à direita, o então poderoso PFL, se curvasse a uma agenda civilizada. Retirou do PFL os elementos ditatoriais, pois era um partido de egressos e viúvas da ditadura. Isso foi uma coisa positiva. Já o PT, no governo, teve de fazer alianças que reduziram sua convicção de que era o único partido que prestava. Teve que ser mais adepto do diálogo. Tanto que na hora que falhou o diálogo, com a Dilma, caiu do poder.

O problema que temos é que um partido que jamais chegou à presidência pelo voto direto – o PMDB –, mas chegou já três vezes por circunstâncias eventuais, está hoje fortalecido no Congresso. Na incapacidade

¹ <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/12/1844826-partidos-sem-democracia-interna.shtml>.

No caso do PT, penso que a interferência de Lula nas eleições presidenciais de 2010 e nas municipais em São Paulo em 2012 não foi positiva. Nos dois casos, ele escolheu um candidato que ganhou, mas isso impediu que o partido crescesse.

de se entenderem o PT e o PSDB, o PMDB retornou à Presidência da República, que já ocupou com José Sarney, que era vice, com Itamar Franco, que era vice, e agora com Temer, que era vice. O problema é que em vez de mostrar suas qualidades, como mostrou no governo Itamar, ele está mostrando os seus defeitos. A situação é crítica quando temos o partido do Presidente da República sem projeto para o país, oportunista nas suas escolhas e de difícil crescimento ético. E o PT e o PSDB, que são partidos com projetos para o país, de alguma forma deixaram de escutar as suas bases. O PSDB fez suas escolhas para presidente, e mesmo para prefeito de São Paulo, de cima para baixo. Veja o famoso jantar em Nova Iorque de quatro líderes que escolheram os candidatos – Fernando Henrique, Aécio, Alckmin e Serra. A decisão de lançar Serra candidato a prefeito de São Paulo, atropelando as prévias de 2012. Mudam as datas das prévias, ele ganha a indicação mas perde a eleição. Apesar de criticar o prefeito Dória, o fato de que ele ganhou as prévias, pelo menos, é um traço de renovação para o PSDB. Pena que essa renovação esteja indo para a direita e não para a tradição antiga do PSDB, que era um partido que nunca foi social-democrata, mas que poderia-

mos dizer que era do centro democrático, com Ruth Cardoso, com Franco Montoro, grandes personagens de uma opção decidida pelos direitos humanos.

No caso do PT, penso que a interferência de Lula nas eleições presidenciais de 2010 e nas municipais em São Paulo em 2012 não foi positiva. Nos dois casos, ele escolheu um candidato que ganhou, mas isso impediu que o partido crescesse. Em 2010, qualquer nome apresentado pelo PT teria ganhado a eleição, com o apoio de Lula, claro. Não era preciso indicar Dilma. Poderia ter deixado o partido indicar. Nada contra a presidente, que eu admiro, de quem gostei e gosto. O que estou dizendo é que houve uma infantilização do partido. Em 2012, Lula escolheu o melhor candidato para São Paulo, pois Marta Suplicy partia de um piso mais alto que o Fernando Haddad, mas batia num teto mais baixo. Marta poderia ser a primeira colocada no primeiro turno, mas dificilmente ganharia a eleição. E Haddad foi capaz desse deslanche. Mas veja que em 2014 o candidato do PT ao governo de São Paulo não teve sequer a votação histórica do partido, que é de 20 e poucos por cento.

O que quero dizer: nenhum dos dois partidos se ocupou de escutar as bases,

nenhum fez uma coisa que poderia ser feita – realizar em cada bairro da cidade de São Paulo, em cada município do Brasil, uma discussão aberta a seus simpatizantes e eleitores, para que os interessados apresentassem suas ideias. Se alguém fosse apresentar ideias contrárias ao PT, ou ao PSDB, você pediria que a pessoa se retirasse ou mesmo lhe retiraria o microfone, mas tentaria escutar as bases. Os dois deveriam ter feito isso.

No caso do PSDB, que poderia ser nosso grande partido liberal, ele nunca conseguiu escutar o pequeno empresário, nem se interessou. Seria um grande espaço para ele. Esse espaço foi do Afif Domingos. E Afif foi para onde? Foi para o governo Dilma. Foi Dilma quem chamou o Afif para ser ministro. Resumindo, temos uma situação em que os partidos são fracos e não se esforçam em se fortalecer.

Tiago Casado – E isso ocorreu quando o Guilherme Afif era vice-governador de São Paulo, no governo Alckmin.

Renato Janine Ribeiro – Foi espantoso. Afif tem uma história que vai mais para a direita democrática, atuando em governos estaduais do PSDB. Mas, quando ele está sem espaço, o governo federal o chama e ele faz um uso admirável disso.

Tiago Casado – O senhor é muito atuante nas redes sociais, costuma publicar opiniões e interage com os internautas com frequência em sua página no Facebook. Sabemos que esse espaço é muitas vezes hostil e, não raro, algumas pessoas são tomadas pela paixão e chegam a ofender quando contrariadas. Sendo um intelectual reconhecido principalmente pela trajetória

acadêmica e filosófica, como tem sido essa experiência com as redes?

Renato Janine Ribeiro – Na verdade, eu estou apenas no Facebook, porque o Twitter me consumiria mais tempo. Para mim basta uma rede. Há um lado que é de prazer e distração. Passo boa parte do meu dia escrevendo e paro de vez em quando para ver o Face, como se estivesse ouvindo uma música, e eventualmente intervenho diante de alguma coisa que acontece. Eu gostaria de tratar menos de política. Mas a política realmente está tomando conta de tudo, tanto que até a morte de um menino na lanchonete Habib's em circunstâncias não esclarecidas se torna um tema político. As paixões estão em fúria. A capacidade de escuta está baixa. Este é um ponto decepcionante da internet. É muito difícil falar sem ficar de um lado ou de outro. Quando eu publico um *post* que pode ser carimbado como sendo de esquerda, tenho um número de curtidas e compartilhamentos elevado. Se eu faço uma crítica à esquerda ou se eu faço uma crítica àquela história que aconteceu faz pouco tempo, com duas moças negras que teriam dito para uma moça branca com câncer que ela não poderia usar turbante, as coisas ficam mais complicadas. E intervenho nessa história para dizer que ninguém é dono da cultura, que culturas migram e o turbante nem é da África. O resultado disso foi muito desrespeito, desqualificação, com gente incapaz de pensar, de escutar o outro, de eventualmente rever o que está dizendo. Quando vou mais à esquerda, as pessoas que me acompanham ficam muito felizes, mas quando critico um erro dessa família política elas se enfurecem. Isto é grave, porque indica que a esquerda brasileira hoje

O que me incomoda na maior parte das pessoas de esquerda que vejo no Facebook é que por elas Lula nunca teria ganhado as eleições. Por elas, jamais teríamos saído dos governos de direita. Se dependesse dessas pessoas mais radicais, jamais teriam ocorrido os avanços sociais havidos.

não está disposta a pensar. Não estou tão interessado na direita, que fez suas escolhas. Mas como me situo à esquerda, penso que, se ela quer voltar ao poder, não pode se instalar num gueto.

Lula fez uma escolha, em 1999, quando se cansou de se candidatar a presidente para marcar posição. Foram três candidaturas, sendo ele escolhido pelo partido para defender uma plataforma extremista, que jamais ganharia. Então ele pensou: “Se vou concorrer a presidente, é para ganhar. E ganhar para mudar este país em favor dos mais pobres. Para fazer isso, preciso mudar a forma de fazer campanha, tenho que mudar o programa do partido. Abrir-se para alianças. E pensar que este partido nunca vai ser majoritário sozinho”. Isso funcionou muito bem nos dois mandatos dele.

Deixou de funcionar a partir da segunda metade do primeiro mandato de Dilma. Em parte por causa das questões internacionais, com a crise mundial econômica, em parte por causa da falta de comunicação da presidente Dilma. Mas o fato é que essa política deu certo durante todo esse tempo e parou de dar certo. As razões não se conhecem exatamente. Vejo uma parte da esquerda que não aceitou as alianças na época

ou que hoje as condena. Penso que é uma posição confortável. Há pessoas de esquerda que querem mais ter razão do que mudar o mundo, mudar o país. Isto me preocupa. Quando você faz política, tem de escutar para ganhar. Necessita fazer alianças que não sacrifiquem o essencial do seu projeto e promovam mudanças.

O que me incomoda na maior parte das pessoas de esquerda que vejo no Facebook é que por elas Lula nunca teria ganhado as eleições. Por elas, jamais teríamos saído dos governos de direita. Se dependesse dessas pessoas mais radicais, jamais teriam ocorrido os avanços sociais havidos. É uma preocupação maior em estar bem com a própria consciência do que em mudar o mundo real. Um dos valores da esquerda é o valor do conhecimento, algo que vem do Iluminismo, das Luzes, por isso a esquerda não pode ter medo da verdade. Quando tem medo da verdade e falsifica a realidade, caminha para uma derrota que considero pior do que muita aliança.

Receio que isso esteja acontecendo no Brasil. A esquerda tem que se criticar, mudar o que faz, mas isso não significa que sempre haja um único caminho certo a trilhar. As alianças foram positivas para

eleger Lula e ele governar, tornaram-se ruins há alguns anos, mas por que foram boas e depois más? É esta a pergunta que tem de ser feita.

Tiago Casado – O senhor fala sobre “medo da verdade” e agora vemos um termo muito utilizado recentemente que é a “pós-verdade”, eleito pelo Dicionário *Oxford* como termo do ano em 2016 e que se refere, de modo geral, a este fenômeno atual de desprezo ou indiferença à verdade e aos fatos e mais apreço e fidelidade às crenças e opiniões.

Renato Janine Ribeiro – Por causa de Trump. É evidente a facilidade na rede social de interagir com quem mais se parece conosco. Veja como é fácil acreditar em histórias impossíveis. Histórias que não têm a menor condição de serem verdadeiras aparecem como verdadeiras. Isso vale para a direita como para a esquerda. Recentemente, a *Folha de S. Paulo* publicou um artigo sobre um senhor em Poços de Caldas, que tem uma dúzia de *sites* mentirosos. Ele criou *sites* de direita, mas também dirigiu um *site* chamado Poços dez, de esquerda. Você tem o atual ministro da Cultura, que leu uma história no *site* G17, segundo a qual Dilma teria mandado colocar nas notas a expressão “Lula seja louvado” – e ele reagiu, sem perceber que era um *fake*.

O que isso mostra? Uma disposição de pessoas instruídas a acreditar em qualquer barbaridade, sem senso crítico. Li outro dia uma história de falsos mortos palestinos que estariam por baixo de um lençol se mexendo, e que teria sido transmitida pela TV do Hamas. Óbvio que a televisão não iria transmitir cadáveres que estariam se

mexendo. Eles não são idiotas. O *site* que denunciava o Hamas não dava uma fonte credível.

Isso representa uma disposição a entrar num mundo de fantasia, em que se mente para conseguir apoio. É isso a pós-verdade. Desfazer isso vai dar muito trabalho, porque é como se as pessoas estivessem vacinadas por seu próprio fanatismo.

Tiago Casado – Mudando um pouco de assunto. Está em curso uma reforma na educação cujo objetivo principal é alterar a estrutura curricular do Ensino Médio. Cogitou-se, inclusive, retirar disciplinas como Filosofia e Sociologia, que passaram a ser obrigatórias a partir de 2007 por lei. O senhor ocupou o cargo mais alto da Educação no segundo governo de Dilma Rousseff e conhece bem essas questões. A reforma promovida pelo atual governo foi precipitada?

Renato Janine Ribeiro – Essa reforma provém de uma demanda efetiva, pois o Ensino Médio está ruim. O governo Lula percebeu a falta extraordinária de engenheiros no Brasil. Quando o país voltou a crescer, ele percebeu que não tínhamos engenheiros e técnicos suficientes. O que aconteceu? Aumentaram as vagas de engenharia nas universidades, elas foram preenchidas, mas os alunos desistem no primeiro ano porque não têm boas noções de matemática. Ou seja, há uma falha no ensino de matemática no Ensino Médio. Embora o governo tenha conseguido a façanha de implementar a obrigatoriedade do Ensino Médio para todos em 2009, atendendo 80% da população na faixa etária correspondente, a qualidade dele não é boa. Era necessária a reforma. São treze

Um aluno que queira entrar pelo Enem numa faculdade de medicina vai precisar de perto de 900 pontos, num máximo puramente hipotético de mil. Precisa ir bem em biologia, matemática, química e nas matérias mais próximas ao curso de medicina, mas também precisa ir bem nas disciplinas de história, geografia etc. Precisaria disputar nota máxima praticamente em todos os conteúdos. Isso é absurdo.

disciplinas nos componentes curriculares, é muito para os alunos. Propus que focássemos numa relação interdisciplinar entre elas, mas isto também não é fácil de fazer.

Um aluno que queira entrar pelo Enem numa faculdade de medicina vai precisar de cerca de 900 pontos, num máximo puramente hipotético de mil. Precisa ir bem em biologia, matemática, química e nas matérias mais próximas ao curso de medicina, mas também precisa ir bem nas disciplinas de história, geografia etc. Precisaria disputar nota máxima praticamente em todos os conteúdos. Isso é absurdo.

A reforma no Ensino Médio era mesmo algo demandado, algo que o MEC estava estudando. Uma comissão na Câmara de Deputados examinou o assunto durante dois anos, sob a presidência do deputado Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais. O resultado foi um projeto que não era perfeito, que o MEC ia examinar, mas é extraordinário quando o Congresso estuda um tema a fundo e propõe algo positivo. O governo Temer baixou por medida

provisória esse projeto, com várias mudanças, como tirar a filosofia e a sociologia. Deixou confusa a questão dos itinerários pedagógicos, que eram quatro e passaram a ser cinco. Eram as quatro áreas do Enem: linguagem, matemática, ciências humanas e ciências da natureza – eles acrescentaram o ensino técnico. Serão cinco especializações, a partir da segunda metade do segundo ano. Aí entram problemas de execução, que serão grandes. Não vejo como vão conseguir executar isto. A especialização se dará na metade do segundo ano: os alunos terão um currículo no primeiro semestre, outro no segundo. Alguns professores vão perder algumas aulas ou mesmo todas. Esse é um problema humano, mas também um problema de gestão. A maioria esmagadora do Ensino Médio é do setor público. São estáveis muitos deles, não podem também ter o salário reduzido, então vão se pagar para professores as aulas que não dão? Segundo ponto: ter um foco especializado supõe que vai haver, digamos, mais horas da área escolhida e menos de outras. Mas o que fazer

com a matemática, que é a única matéria de uma área e já tem quatro ou cinco horas por semana? Levar a dez aulas semanais? Impossível. O governo vai provavelmente valorizar o ensino técnico, de ciências naturais e de matemática.

Daí se chega ao ponto da propaganda duvidosa, que diz que o aluno poderá escolher, o que não é verdade. A escola vai escolher. Para fazer uma conta simples: temos salas de aula de 40 alunos, então para dar opções, precisaria ter pelo menos 120 alunos para oferecer dois dos cinco itinerários. Isto significa que somente escolas com 360 alunos nos três anos do Ensino Médio terão como criar duas opções. As cidades pequenas provavelmente vão ter uma opção só. Cidades grandes podem ter mais opções, mas não na mesma escola. Até porque é impossível um diretor gerir cinco formatos diferentes de classe no segundo e terceiro ano. Não há gestão que dê conta disso, a não ser que haja 3 mil alunos na escola, um sistema de informática poderoso e uma equipe muito grande. Estou entrando no detalhe técnico para mostrar como o principal atrativo da reforma, que é o de se adequar à demanda do aluno, dificilmente vai ocorrer.

Tiago Casado – Acredita que haverá dificuldade dos estados e dos sistemas de ensino em implantar a reforma?

Renato Janine Ribeiro – Temos em torno de 8 milhões de alunos no Ensino Médio, com 6 ou 7 milhões nos estados, apenas 50 mil nos municípios, uns 100 mil em âmbito federal. O essencial da reforma é nos estados. São 26 estados mais o Distrito Federal. São eles que precisam discutir isso. Uma reforma no Ensino Médio mexe com 27

secretários. A boa notícia é que isso é mais fácil do que no Fundamental, repartido entre 5.570 municípios. E o Conselho dos Secretários de Estado está sendo presidido a partir de agora pelo Idilvan Alencar, que trabalhou comigo, foi presidente do Fundo Nacional do Desenvolvimento Escolar quando eu era ministro. É uma pessoa de primeira qualidade. Secretário Estadual do Ceará, foi para o MEC pelas mãos de Cid Gomes e tem um compromisso sério com a educação. Isso é bom.

Tiago Casado – O Ceará, inclusive, tem sido referência em desempenho no IDEB nos últimos anos, ficando entre as melhores escolas públicas avaliadas. Parece-me que há elevação do desempenho tanto das escolas municipais quanto estaduais.

Renato Janine Ribeiro – Ele tem um bom desempenho graças ao programa de alfabetização e também teve um desempenho bom no Enem. Quando fui ministro, levamos em conta os resultados do Enem e o nível socioeconômico do aluno na hora de divulgar os resultados desse exame. Isso para não entregar apenas uma lista de melhores notas, que não significa grande coisa quando você tem gente partindo de um patamar elevado e outras pessoas que enfrentam todas as dificuldades do mundo! O importante mesmo é o que a escola *acrescenta* à formação do aluno.

Dados do Inep, quando eu era ministro, apontavam que se você tem um nível socioeconômico mais baixo na escala de 7, a sua média no Enem é 420, se é do nível socioeconômico mais alto, é uns 610, independentemente de seus méritos. É uma média. A sua bagagem já lhe dá este

O Ceará tem uma cidade chamada Mauriti, que conseguiu ter acima de 700 pontos no Enem com alunos com NSE precário. E conseguiu isso com uma atuação constante da escola junto aos alunos, às famílias do alunos.

diferencial enorme de pontos, conforme o seu nível socioeconômico. Cor da pele também entra, mas menos. O fator decisivo é o nível socioeconômico – NSE. O Ceará tem uma cidade chamada Mauriti, que conseguiu ter acima de 700 pontos no Enem com alunos com NSE precário. E conseguiu isso com uma atuação constante da escola junto aos alunos, às famílias dos alunos. O Ceará tem tido histórias de êxito na educação, que foram iniciadas com o governo de Cid Gomes e com o secretário estadual, que é o Idilvan, que agora preside o conselho dos secretários de Educação dos Estados.

Tiago Casado – Professor, nós falávamos no início da entrevista sobre fragilidade democrática e crise de valores. O senhor defende que haja ensino de ética nas escolas. Recentemente houve uma prova da Fuvest cujo tema da redação era sobre o texto de Immanuel Kant “Resposta à pergunta ‘o que é Iluminismo?’”, que trata de questões éticas como a liberdade e a autonomia como alternativas necessárias à saída do sujeito da condição de menoridade e tutela. Alguns setores criticaram a escolha do tema específico no contexto dessa avaliação. Qual é a importância do ensino de valores?

Renato Janine Ribeiro – Não se pode confundir o ensino de ética com o ensino do que é certo e do que é errado. Há pessoas que te ligam e perguntam: “é ético fazer isso?”. A ética antes de mais nada deve ser a construção de um sujeito autônomo, para empregar um termo kantiano. Você precisa ser capaz de fazer as suas próprias escolhas e arcar com elas. Entendo que o princípio básico da ética deve ser a igualdade de todos em direitos. A partir desses princípios, pode-se derivar todo o resto. Se somos todos iguais e respeitamos os outros, tenho de respeitar sua orientação sexual, sua opção política, sua fé religiosa e tudo o mais. O limite desse respeito é o momento em que uma ação minha viole direitos de outros. Respeitar a orientação sexual de uma pessoa não significa dar-lhe o direito de qualquer abuso sexual. Respeitar a fé religiosa não significa dar direito a violência ou a fanatismo. Respeitar as opiniões de uma pessoa não significa autorizar o discurso de ódio. Porque, em todos esses casos, o respeito ao outro é posto em xeque. Penso que, se ensinássemos estes dois pontos iniciais e a partir deles puséssemos as coisas em discussão, seria enriquecedor. Vou dar um exemplo: naquela história do turbante, alguém disse que os negros se incomodam

de ver brancos de turbantes, só que ninguém postou qualquer pesquisa sobre isso. Por isso, não sei se é verdade ou se é opinião de um pequeno grupo que se arvora em porta-voz da maioria dos negros. Este já é um ponto complicado: ninguém tem o direito de se constituir como representante de quem não o constituiu como tal.

Mas vamos supor que incomode. Cabeiria a pergunta: “qual é a diferença entre este argumento e o da pessoa que se incomoda com o beijo entre dois homens?”. Alguém poderia responder: “São coisas diferentes. Um caso é de direito e outro de preconceito”. Mas continua o problema: como distinguir o preconceito do direito? Apenas dizer que incomoda o outro é insuficiente para fazer a diferença. O turbante foi utilizado pelos persas, que são historicamente chamados de arianos, e pelos turcos muito antes de entrar na África. Como justificar uma coisa e não outra? Essa é uma discussão boa porque coloca em questão o respeito ao outro. Não devo incomodar as pessoas, mas até onde isso vai? Até onde isso é legítimo? Usar a palavra *judiar* incomoda? É legítimo um judeu ficar incomodado com esse uso? É legítimo um negro ficar incomodado se usar a palavra *denegrir*?

Notem que não estou defendendo a posição tal ou qual. Estou dando exemplos. Uma pessoa sai nua na rua, isso incomoda algumas ou muitas pessoas. É legítimo proibir a nudez em público ou não? Pode ser que daqui a alguns anos isto seja aceito, mas hoje não é. Mas não é aceito porque é imoral, antiético, ilegítimo – ou apenas porque é ilegal? Uma pessoa se desnudar em público é antiético? Pessoalmente, na grande maioria dos casos, penso que não é. Não é imoral. Mas pode ser ilegal.

Devemos ter poucos e fortes princípios éticos para, com base neles, colocar as cabeças em funcionamento. Se coloco os alunos para discutir essas questões, vou ter resultados bons. Voltando à questão do turbante, li gente dizendo que, quando uma branca usa turbante, ela ignora os assassinatos de crianças negras na periferia, o que é uma coisa horrorosa. Aliás, uma das pessoas mais empenhadas na luta contra a matança de jovens negros era o deputado Reginaldo Lopes, que já mencionei. Mas o que o turbante tem que ver com o assassinio de jovens negros? O fato de um branco usar um turbante de origem negra, de origem árabe, de origem persa faz morrerem mais crianças negras? Essas discussões são importantes.

Tiago Casado – Há algum tempo pensadores contemporâneos, creio que sobretudo a partir de Nietzsche, têm apontado para uma crise da razão ou crise do sujeito – que configura, de certo modo, a crise da modernidade em termos de valores. Bauman, se não me engano em *A ética pós-moderna*,² fala de uma crise de responsabilidade e de indiferença que nos acomete como indivíduos, no sentido de que não somos mais afetados em relação ao outro. Não queremos nos comprometer com o futuro para além da nossa individualidade. Considera que há uma crise da razão e que é preciso pensar os valores a partir de perspectivas mais amplas e profundas?

Renato Janine Ribeiro – A crise do sujeito é cantada desde a primeira metade do século XX. Ou desde antes: desde Freud, Marx

2 BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997

**Qual é a diferença entre este argumento e o da pessoa
 que se incomoda com o beijo entre dois homens?
 Alguém poderia responder: “São coisas diferentes.
 Um caso é de direito e outro de preconceito”.
 Mas continua o problema: como distinguir o preconceito
 e o direito? Apenas dizer que incomoda o outro
 é insuficiente para fazer a diferença.**

e Nietzsche. O sujeito no caso freudiano corresponderia ao ego. O ego é a camada mais superficial, a camada da nossa consciência. Freud sustenta que muitas ações que pensamos como livres ou racionais foram tomadas inconscientemente, movidas por fatores que não conseguimos enxergar. Hoje é o caso da homofobia do homossexual enrustido. Uma pessoa pode ter ódio aos homossexuais quando, na verdade, tem medo de seu próprio desejo homossexual. No caso de Marx, as opiniões que você tem, em vez de serem resultado de sua reflexão, seriam fruto dos preconceitos mais arraigados na sua classe social.

Desde o século XIX, com estes três autores, alongando-se pelo século XX, a filosofia tem sido uma grande reflexão sobre as limitações do sujeito. Quando Bauman fala disso, parece-me que ele quer insistir na responsabilidade a que não podemos renunciar. A crítica ao sujeito diz que ele, o sujeito, é menos poderoso do que se imagina. Ora, como *me torno* um sujeito? Quando assumo a responsabilidade pelo que eu fiz. A frase tão citada pelos freudianos: “torna-te quem és”. Entendo que Bauman está

preocupado não tanto em demolir o sujeito, coisa que os três pensadores mencionados já fizeram, mas em *construir* um sujeito, o que é bem diferente. Sem liberdade e responsabilidade, não temos uma vida social e política digna desse nome. O que a filosofia e o pensamento varreram foi a ilusão de um sujeito dado, não a de um sujeito por criar.

Tiago Casado – E isto significa que é composto por desejo, cuja força o move e também o constrói enquanto sujeito. Inclusive o senhor afirma, em seu livro *A democracia* (Sao Paulo: Publifolha, 2000) que a democracia é movida pelo desejo. Enxerga realmente esta tendência?

Renato Janine Ribeiro – O desejo não compõe sozinho o sujeito. Somos um *mix* de desejos em conflito. Recentemente, tive conhecimento da existência de movimentos gays muçulmanos. O islamismo sob as formas hoje praticadas não aprova a homossexualidade. Mas há grupos de muçulmanos que são homossexuais e querem ser as duas coisas ao mesmo tempo. Esse é um trabalho de construção do sujeito. Um dia

vai ser aceito que se possa ser muçulmano e homossexual. Mas não é fácil. Durante muito tempo, devido à perseguição aos homossexuais, o homossexual ou era de esquerda, ou era enrustido de direita. A relação entre desejos e sujeito inclui desejos que muitas vezes são antagônicos, ignorados. Articular esses desejos e ter um todo que funcione é uma construção. Se eu for pai de família, de religião conservadora, e me descobrir homossexual, precisarei articular tudo isso. De novo, o simplismo do Facebook tenta colocar tudo o que é “bom” de um lado só e, por isso, quando vê um esquerdista machista ou um direitista partidário da libertação dos costumes, cobra deles uma coerência que talvez não exista. Os militantes comunistas, meio século atrás, eram conservadores em muito o que dizia respeito à família. Mas nem todos...

Eventualmente, uma pessoa que é complexa em seus desejos e na expressão deles sob a forma de valores terá que optar a favor de uns e contra outros. Talvez precise renunciar a alguns deles. É isso o que é a construção do sujeito.

Tiago Casado – Para finalizar a entrevista. O senhor é um estudioso do filósofo inglês Thomas Hobbes, do século XVII. Chegou a publicar um livro a respeito de como lidou com as questões do seu tempo. Acredita que as lições do *Leviatã* de alguma forma são atuais para se compreender o mundo político de hoje?

Renato Janine Ribeiro – Quando você lida com a história da filosofia, em cada filósofo você tem o que está vivo hoje e o que está morto, sendo que o que está vivo hoje pode morrer depois e o que está morto pode res-

suscitar. Meu doutorado, *Ao leitor sem medo – Hobbes escrevendo contra o seu tempo*, partiu da pretensão de entendê-lo no seu tempo, o século XVII. Mas descobri que Hobbes não era um autor produto do seu tempo, era alguém capaz de questionar as questões principais de sua época. Escrevi também, faz uns 30 anos, no *Estadão*, um artigo com o título de “Por que ler Hobbes hoje”.

Mas o que é atual de Hobbes? As pessoas o entendem muito mal, acham que ele defende que o homem por natureza é mau. Isso não é verdade. Antes de haver Estado, ou melhor, quando não há Estado (porque ele pode desaparecer, como no caso de uma guerra civil), o que acontece? Cada um tem uma preocupação básica, que é a preservação de si, a sua salvação. Não há bem nem mal. Mesmo que alguém dê a palavra a outra pessoa, não tem garantia de que essa pessoa vá cumprir sua parte. E o que faz o Estado? Num sentido mais amplo, o Estado é o conjunto que faz que as pessoas tenham uma certa garantia de que a vida e o bem-estar sejam preservados.

Como digo a meus alunos, imagine que nesta sala de quarenta pessoas corra o boato de que uma é *serial killer*. Qual é a atitude mais racional que cada um tem diante desse boato? É matar todos os outros. Então, o boato do *serial killer* torna racional um matar o outro. Se eu matar um inocente, que pena, mas é menos mau do que eu mesmo ser morto.

Já quando há o Estado, surge uma certa garantia de ordem que lhe permite andar na rua. Você pode ir da praça da República até a praça da Sé, sem imaginar que possa levar uma facada. Dependendo da hora, você terá medo de ser assaltado, o que mostra a deficiência do nosso Estado. Um Estado

Em nosso país parece que cada vez mais contamos só com nós mesmos. Aqui nesta rua em que moro, pagamos um segurança. Se você morar num prédio, terá um porteiro, que é seu sistema de segurança. Quer dizer: não confiamos na polícia. O Estado não oferece segurança. À noite, muita gente procura entrar no carro rápido: a rua se tornou terra de ninguém, território do medo.

que funcione é o que reduz muitíssimo suas chances de ser agredido, um Estado frágil é aquele em que cada um só conta com si mesmo. Desse ponto de vista, Hobbes é muito interessante, hoje e aqui, porque em nosso país parece que cada vez mais contamos só com nós mesmos. Aqui nesta rua em que moro, pagamos um segurança. Se você morar num prédio, terá um porteiro, que é seu sistema de segurança. Quer dizer: não confiamos na polícia. O Estado não oferece segurança. À noite, muita gente procura entrar no carro rápido: a rua se tornou terra de ninguém, território do medo. Cada vez é mais difícil bater papo na rua. Todos esses são sinais do estado de guerra hobbesiano. São sinais de uma precária confiança no Estado. O estado de guerra é fruto da não confiança no outro. Não tem a ver com você ser bom ou o outro ser mau. A questão é que a consciência do outro é opaca. Não sei o que lhe passa pela cabeça. Assim como tenho medo do outro, o outro pode ter medo de mim. Qualquer um pode atacar antes,

preventivamente. De certa forma, parece *E não sobrou nenhum*, um romance de Agatha Christie, em que, dos sobreviventes, cada um acha que o outro é o assassino, e se matam entre si. Esse é o ponto essencial de Hobbes. Você pode largar a defesa do Estado todo-poderoso, as teses dele sobre a religião, o que quiser. Praticamente ninguém estuda hoje a religião segundo Hobbes. Fui um dos raros. E qual é sua teologia? É cristã, mas ele sustenta que a alma é mortal. Quem hoje lê o que ele diz sobre a religião pensa que Hobbes seria ateu, porque considerava a alma mortal e que somente os eleitos teriam a alma imortal. Mas, na época dele, muitos cristãos defendiam isso. Passados trezentos anos, os ignorantes, que nada leram dos debates do século XVII inglês, não sabem do que estão falando.

Mas o ponto crucial em Hobbes não é a religião nem o soberano todo-poderoso. É a questão de que, quando o tecido social é frágil, isso se expressa pela incapacidade de confiar no outro, pela crença de que você só

confia em você e em poucos confederados seus, o vigia que você paga, os seus amigos, se tanto. Quem sair de um cinema à meia-noite, se estiver com dez pessoas, se sente seguro. Mas, se estiver sozinho ou com a namorada, vai acelerar o passo.

Tiago Casado – Professor Renato, obrigado por nos receber tão gentilmente em sua casa e por compartilhar conosco reflexões tão profundas e pertinentes sobre temas fundamentais do nosso tempo. É realmente prazeroso ouvi-lo e conhecer mais de

sua experiência acadêmica, intelectual e na política. Em nome da Revista PAULUS, agradeço mais uma vez pela contribuição para esta edição.

Renato Janine Ribeiro – Sou eu que agradeço, pela oportunidade de discutir um pouco sobre nosso momento histórico. Foi bom concluirmos com Hobbes, porque acredito muito na importância de ler o que está acontecendo à luz de grandes pensadores e de – inversamente – entender melhor o que eles dizem.